

N. 8/2017/URJ/ACSS

DATA: 28-04-2017

CIRCULAR INFORMATIVA

PARA: Todos os serviços e estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde

ASSUNTO: Descanso compensatório devido pelo exercício de funções em período noturno, aplicável ao pessoal médico.

Como resulta da cláusula 41.^a do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 198, de 13 de outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Aviso n.º 17239/2012, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 250, de 27 de dezembro, pelo Aviso n.º 12509/2015, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 210, de 27 de outubro, e pelo Aviso n.º 9746/2016, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 150, de 5 de agosto, e da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional de Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos, publicado em *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8 de Novembro de 2009, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego*, n.º 1, de 8 de janeiro de 2013, cujo Anexo II (posições remuneratórias), foi retificado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 23, em 22 de junho de 2013 e, mais recentemente, com as alterações publicitadas no *Boletim de Trabalho e Emprego*, n.º 43, de 22 de novembro de 2015 e ainda as publicadas no *Boletim de Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 16 de agosto de 2016, “No caso de trabalhadores médicos com funções assistenciais, sempre que devam exercer a sua atividade por mais de oito horas num período de vinte e quatro horas em que executem trabalho noturno durante todo o período (...)” compreendido entre as vinte e duas horas de um dia, e as sete horas do dia seguinte, “(...) fica garantido, um descanso compensatório obrigatório, com redução do período normal trabalho semanal, no período de trabalho diário imediatamente seguinte, correspondente ao tempo de trabalho que, nas vinte e quatro horas anteriores, tiver excedido as oito horas.”

Assim, em cumprimento do regime acima apresentado, e como aliás se realça no Despacho n.º 1364-A/2017, de Sua Excelência o Secretário de Estado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 8 de fevereiro, devem os serviços e estabelecimentos de saúde adotar as medidas necessárias para, nos casos em que o mesmo seja devido, assegurar o gozo do respetivo descanso compensatório, que, reitera-se, deve ser imediatamente a seguir ao período de trabalho que lhe conferiu aquele mesmo direito.

A Presidente do Conselho Diretivo

(Marta Temido)